



INFORMAÇÕES do Executivo sobre as ações em andamento para garantir a acessibilidade e inclusão das pessoas com deficiência no município de Jundiaí.

Considerando que, como presidente da Frente Parlamentar pelos Direitos das Pessoas com Deficiência e Doenças Raras, reafirmo meu compromisso com a promoção de políticas públicas eficazes e inclusivas para esse público;

Considerando que as pessoas com deficiência e doenças raras devem ter seus direitos plenamente assegurados, garantindo-lhes autonomia em suas atividades diárias e acesso irrestrito a serviços essenciais como saúde, educação, esporte, lazer e cultura;

Considerando que a acessibilidade em espaços urbanos e prédios públicos é um direito fundamental, previsto em legislação, mas que, na prática, ainda enfrenta obstáculos e falhas que dificultam a plena inclusão dessas pessoas;

Considerando que a construção de uma cidade acessível não beneficia apenas as pessoas com deficiência, mas toda a sociedade, especialmente em um contexto de envelhecimento populacional, que exigirá, em breve, uma adaptação das estruturas urbanas para garantir a inclusão de todos;

Considerando a urgência de ações antecipadas para assegurar a inclusão das crianças com deficiência no próximo ano letivo, garantindo adaptações adequadas e suporte especializado para sua permanência e desenvolvimento nas redes de ensino municipal;

Considerando que a mobilidade urbana acessível é essencial para permitir que as pessoas com deficiência e necessidades específicas usufruam dos espaços públicos, dos transportes, do lazer e da cultura com dignidade e segurança;



Considerando que a comunicação acessível, especialmente para a comunidade surda e outras pessoas com deficiência, é um direito básico que ainda enfrenta barreiras significativas em diversos serviços e atendimentos públicos,

**REQUEIRO** à Mesa, na forma regimental, ouvido o Plenário, solicite-se que o Chefe do Executivo preste à Casa as seguintes informações:

1 – Quais são as ações concretas previstas para garantir a plena e segura acessibilidade nos espaços urbanos e nos prédios públicos do município?

2 – Após a análise do início do ano letivo, quais medidas serão adotadas para antecipar as necessidades de apoio escolar e assistência para as crianças com deficiência na rede municipal de ensino?

3 – No âmbito da proposta de reforma administrativa, está prevista a criação ou o fortalecimento de uma pasta com autonomia para implementar políticas públicas voltadas à acessibilidade e inclusão?

4 – Quais iniciativas estão em andamento ou planejadas para eliminar as barreiras de comunicação, assegurando acessibilidade plena à comunidade surda, especialmente por meio da Língua Brasileira de Sinais (Libras), e a outros grupos que necessitam de suporte comunicacional?

Sala das Sessões, em 25 de fevereiro de 2025.

**DIKA XIQUE XIQUE**